

0 25 de Abril como memória construída nos discursos presidenciais de comemoração: negação e construção de um posicionamento enunciativo

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.1>

Maria Aldina Marques*
Isabel Margarida Duarte**

* ELACH – CEHUM. Universidade do Minho. Investigação financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 <https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020>.

** FLUP – CLUP. Investigação realizada com o apoio do Centro de Linguística da Universidade do Porto, no âmbito do programa de financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal (Ref. UIDB/00022/2020).

Resumo: Nos discursos de comemoração, o evento comemorado é um tópico central que implica um posicionamento enunciativo do locutor com consequências na construção dos sentidos do discurso. Os discursos proferidos pelos presidentes na comemoração anual do 25 de Abril mostram como os sucessivos locutores se detêm na representação discursiva do evento celebrado. O estatuto presidencial, de mais alto magistrado da nação, confere-lhe legitimidade para coconstruir com a comunidade portuguesa uma memória de Abril, que determina o significado simbólico do evento. Num quadro de análise da construção da referência nos discursos de comemoração de Abril, centramo-nos na análise das estruturas de negação e no modo como contribuem para a construção dessa memória. O *corpus* de análise é constituído por excertos de discursos presidenciais de comemoração de Abril, entre 1977 e 2011. Pretendemos determinar as funções discursivas destas estruturas, explorando as implicações da sua natureza polifónica ou dialógica nos sentidos do discurso.

Palavras-chave: discurso político, enunciação, negação, memória coletiva, referência

On voit ainsi s'inscrire au fil du discours non seulement le mot-événement, mais ce qui découle des représentations qu' on lui a mentalement associées (des mots, des images, des sons) ainsi que la temporalité qui lui est attachée, voire des domaines de mémoire également associés.

Moirand, 2007, p. 10

1. Introdução

Os discursos presidenciais de celebração fazem parte de um evento político e social mais amplo com valor simbólico inegável, que os condiciona e, em particular no que agora nos interessa, condiciona os tópicos escolhidos e a organização global dos sentidos.

Neste género de discurso, o evento comemorado constitui-se como um tópico central, um objeto discursivo que participa na regulação da relação do locutor com o próprio discurso, enquanto implica um posicionamento enunciativo, e com os seus alocutários.

A análise que pretendemos realizar recupera o conceito de *memória interdiscursiva* tal como o apresenta Moirand (2007), pois, como a investigadora já havia escrito, “Les mots ‘empilent’ au fil du temps des sens différents, ce qui leur donne une épaisseur dialogique” (Moirand, 2004a, p. 93). Tal espessura decorre da memória carreada pela palavra, que nunca esquece “son trajet et donc les discours qu’il a déjà rencontrés” (Moirand, 2007). A memória das palavras é, de algum modo, a memória dos discursos em que são, ou foram, usadas. Consideramos que o género *discurso político de celebração* é uma prática discursiva de (re)memória e que a celebração de Abril, visando a (re)construção dessa memória coletiva, se faz em tensão com outras possíveis semiotizações do evento, com outras memórias (Marques, 2018).

De facto, nos discursos de celebração em análise, o estatuto presidencial, de mais alto magistrado da nação, confere legitimidade ao presidente para coconstruir com a comunidade portuguesa uma memória de Abril que determina o significado simbólico do evento na relação que a sociedade com ele estabelece. Por conseguinte, os discursos proferidos pelos presidentes

na comemoração anual do 25 de Abril mostram como os sucessivos locutores se detêm na representação discursiva do evento celebrado. Cabe acentuar que nos centrámos unicamente nos discursos presidenciais, ainda que consideremos fundamental ter em conta os outros discursos que integram cada cerimónia de celebração.

O *corpus* de análise é constituído por excertos dos discursos presidenciais de comemoração de Abril, entre 1977, a primeira cerimónia realizada na Assembleia da República, e 2011, ano do centenário da República Portuguesa. Inclui, por isso, os discursos dos antigos presidentes da República, Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva. Todos os excertos recolhidos têm como elemento comum a referência ao evento comemorado, num cotexto que integra uma estrutura de negação, de que damos como exemplo “... comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina.” (Mário Soares, 1986).

Vamos centrar-nos num aspeto particular desta construção discursiva dos sentidos da Revolução dos Cravos, a partir da análise das estruturas de negação, do tipo *X não é Y*, que ocorrem no cotexto imediato de “Abril”, e outras denominações correferenciais do evento, recolhidas no *corpus*, a fim de analisar o modo como o locutor delas tira partido para (re)construir uma memória, um sentido, de Abril. Esta é uma estratégia recorrente em todos os discursos presidenciais, à exceção dos discursos do Presidente Jorge Sampaio.

Considerando o estatuto institucional do locutor, enquanto Presidente da República, e o contexto, também institucional, em que usa da palavra, propomos que há uma sistematicidade na construção da memória de Abril, realizada pelos sucessivos presidentes, de acordo com os valores de democracia assumidos como compartilhados pela comunidade portuguesa. Embora seja um discurso de celebração, o discurso presidencial de celebração de Abril é um discurso argumentativo, na perspetiva teórica desenvolvida por Amossy (2000). De modo particular, o processo argumentativo revela-se na construção da *memória* de Abril decorrente da existência de divergências em relação ao significado político, social e simbólico deste evento histórico na sociedade portuguesa. Prevemos, pois, que as estruturas negativas são um recurso linguístico-discursivo fundamental na (re)construção argumentativa do evento 25 de Abril, enquanto dão lugar a vozes dissonantes que o locutor contraria e às quais se sobrepõe, num processo discursivo de sobre-enunciação (Rabatel, 2014-2015).

Pretendemos, em consequência, determinar as funções discursivas destas estruturas de negação, explorando as implicações da sua natureza polifônica¹ e argumentativa nos sentidos do discurso. Interessa-nos, em particular:

1. Dar conta das vozes que o locutor traz para o discurso, porque é importante conhecer as vozes em presença e em confronto;
2. Relacionar essas vozes com o posicionamento enunciativo que o locutor assume;
3. Sublinhar o contributo deste jogo de vozes para a construção da memória coletiva de Abril.

Este posicionamento enunciativo tem implicações argumentativas, pois, como diz Angenot (2008, p. 441), os falantes “argumentent pour *se situer* par rapport aux raisons des autres en testant la cohérence et la force qu’ils imputent à leurs positions, pour se *positionner* [...] pour soutenir ces positions et se mettre en mesure de résister”. Em particular, pretende-se evidenciar os valores enaltecidos pelos diferentes locutores e problematizar o sentido da própria celebração.

A nossa perspetiva teórica é discursivo-pragmática. Estudamos os discursos de celebração de Abril enquanto objetos empíricos, tendo em conta as suas características de género e as suas circunstâncias históricas, para podermos compreender o processo discursivo de referenciação indissociável da enunciação (Koch, 1998; Moirand, 2004b; Rabatel, 2005; Mondada & Cavalcante, 2017). Abordaremos ainda o funcionamento discursivo da negação a partir das teorias da polifonia/dialogismo, tal como se propõe no modelo de Ducrot (1980, 1984), mas também de Rabatel (2005, 2010) e na relação com as teorias da argumentação no discurso, nomeadamente, a que é proposta em Amossy (2000).

Vale relembrar, de modo particular, a teoria de Ducrot (1980) e seus continuadores, nomeadamente nos desenvolvimentos propostos por Rabatel (2010), sobre a pluralidade de enunciadores, as relações que estabelecem entre si e o jogo argumentativo que configuram os discursos. Rabatel propõe um Enunciador principal (E), em sincretismo com o locutor (L), responsável pela convocação de outras vozes, outros PDV, para o discurso. Num enunciado negativo contrapõem-se dois PDV, o enunciador (E) afirma, por

¹ Referimo-nos a uma natureza polifônica ou dialógica, dado que usaremos os termos indistintamente. Veja-se, no entanto, Brès *et al* (2005), para uma ampla (mas não concludente) reflexão sobre a questão.

exemplo, ser falso algo que um outro, (e), considera verdadeiro. Como refere Roitman (2023, p. 6), “... negative is a statement indicating or expressing a contradiction, denial, non-existence or refusal”. Neste jogo e confronto de vozes, o locutor assimila-se ao PDV de (E) e distancia-se do PDV de (e). Cabe aos alocutários determinar a origem da voz assim convocada. Seguimos, aqui, a proposta de Rabatel (2010, p. 370): “Or L1/E1, en tant qu’il prend en charge les énoncés, c’est un syncrétisme qui réunit sous un même PDV le locuteur L, le locuteur lambda, et, en définitive, le sujet parlant”. Os efeitos argumentativos que o jogo destes enunciadores inscrevem nos discursos serão examinados abaixo.

2. A construção do 25 de Abril nos discursos de comemoração

Para Mondada & Berthoud (1995, p. 206), “[...] proposer un topic, de la part de l’énonciateur, signifie proposer une façon de construire et de structurer discursivement un monde dans un espace intersubjectif”. Ora, ao propor o tópico do 25 de Abril, e ao fazê-lo de forma argumentada, a partir de estruturas de negação que lhe permitem refutar outros sentidos, o locutor constrói o seu objeto de discurso, demarcando-se de outras vozes, outros pontos de vista, cuja origem, no entanto, não nomeia. Tal estratégia permite-lhe preservar os valores de comunidade e de coesão, segundo o princípio fortemente implantado na sociedade de que o Presidente da República é o presidente de todos os portugueses.

Mais ainda, a construção do significado do 25 de Abril, na vertente em que o vamos abordar, é feita a partir de um processo de triagem face a sentidos possíveis, que traz ao discurso presidencial uma especial *coloração didática* (Moirand, 1993).

2.1. A negação nos discursos de celebração de Abril

Para R. Martin (1997, p. 20), a operação de negação é simples “Soumise au principe de complétude, la négation dit le non-vrai; le reste est de l’ordre du non-dit”. A complexidade atribuída do processo de negação tem a ver com fenómenos linguísticos variados a que está ligada, como “... phénomènes de thématization et de présupposition, phénomènes de modalisation, phénomènes d’aspect et bien d’autres encore”. Enquanto funcionamento discursivo, interessa-nos, sobretudo, a função referencial necessariamente articulada a uma função argumentativa que caracteriza as estruturas de

negação recenseadas, isto é, trataremos de analisar a estrutura de negação [X não é Y] como categoria semântico-pragmática ao serviço da refutação (a negação polémica, na proposta de Ducrot (1984), Perrin (2019)) e da construção discursiva do 25 de Abril.

2.1.1. Negação e polifonia

Nos enunciados negativos que constam dos dados em análise, o Presidente da República, identificado com L/E, refuta o ponto de vista de e1 para lhe sobrepôr o que, no seu próprio ponto de vista, são os sentidos do 25 de Abril. Ou seja, o locutor retoma discursos alheios, a partir de uma *postura de sobre-enunciação* (Rabatel, 2003), suportada pelas características do enunciado negativo e reforçada pela continuidade sequencial discursivamente reorientada, nomeadamente pela presença de um conector *contra-argumentativo*, como no exemplo seguinte:

- (1) [...] o 25 de Abril não é uma efeméride do passado, que careça de ser ressuscitada ritualmente em cada aniversário, *mas antes um ideal que se mantém vivo* e actuante na consciência dos Portugueses e a que a grande maioria continua indelevelmente fiel. (Mário Soares, 1988)

Os alocutários, por sua vez, recuperam sem dificuldade a origem destas posições políticas que fazem parte do conhecimento compartilhado dos participantes no evento, e do povo português em geral. Retomando Givón (1978), Óscar Lopes, (2005, p. 197) afirma que “[...], uma oração negativa é sempre usada num contexto onde foi já discutida a afirmativa correspondente, ou em que se assume crença prévia ou, pelo menos, familiaridade com tal correspondente negativa”. Nos casos em análise, há, sem dúvida, uma familiaridade, a expressão é de Óscar Lopes, dos alocutários com estas vozes que os sucessivos presidentes convocam, para as refutar e assim potenciar a adesão dos alocutários aos sentidos que propõem.

Este é, como vimos, um movimento argumentativo que, estrategicamente, interessa realizar de forma não explícita, dadas as circunstâncias contextuais. E, de facto, o discurso monologal coloca todas estas questões de confronto ao nível do não dito. Reduz a polemicidade possível, enquanto permite unicamente a reação (contra-) argumentativa do locutor, sem possibilidade de novo confronto reativo. Mais ainda, o posicionamento enunciativo que L1/E1 se atribui faz da negação uma estratégia ao serviço do objetivo global dos discursos, que nomeadamente pretendem ser discursos

inclusivos. No excerto seguinte, o Presidente Ramalho Eanes, num contexto de proximidade ao 25 de Novembro, traz para o discurso, o ponto de vista dos adversários políticos para assim o desqualificar:

(2) Para *homens de menos escrúpulos* e menos confiantes no povo e na democracia, teria sido fácil então a aventura pretoriana. *Em alguns*, terão mesmo ficado a germinar desejos desse poder sem limites.

Não foi essa a escolha da instituição militar, em coerência com os compromissos assumidos em 25 de Abril. (Ramalho Eanes, 1980)

Em (2), do contexto político vivido à época, infere-se que o presidente alude, entre outros, aos acontecimentos políticos que culminaram com o golpe de 25 de novembro de 1976, e de que ele próprio tinha sido protagonista, contra forças de esquerda lideradas pelo PCP.

Por meio das estruturas de negação, o locutor convoca vozes em rutura com o seu próprio discurso. Mas importa trazê-las para as refutar, e, assim, não apenas construir, mas em especial sobrepôr uma particular imagem discursiva do acontecimento². E este é, como referido, um movimento argumentativo que, estrategicamente, interessa realizar de forma não explícita.

2.1.2. Negação, argumentação e o reforço do ponto de vista do locutor

Este quadro político, social e discursivo não impede, antes favorece, a defesa dos pontos de vista assumidos pelos presidentes, nomeadamente quando são apresentados em divergência com outros, como no caso das estruturas em análise. Mas o locutor não se limita a refutar; à refutação acrescenta, de modo muito sistemático, uma ratificação-justificação-explicação que a fortalece e a torna argumentativamente mais forte, segundo o esquema x não é y [mas] x é z:

(3) O 25 de *Abril não é* o dia de festa de uma geração, *mas* um momento que deve interpelar todos os Portugueses. (Cavaco Silva, 2007)

² A refutação é, na relação com o Outro, um argumento usado para atacar outro argumento (é um tipo de contra-argumentação).

Nestes discursos de celebração, o locutor denuncia o que não é Abril (não x), mas, sobretudo, propõe uma alternativa (mas y), ou seja, propõe um significado de Abril que espera que a comunidade aceite e legitime.

A acumulação de marcadores discursivos (*mas* ocorre com *pelo contrário*, *antes*, *sim*), participa na intensificação do valor informacional e argumentativo do segmento que se lhe segue, guiando a interpretação que o destinatário fará:

- (4) Esta é, quanto a mim, a mais sólida garantia de que *as celebrações não terão um carácter passadista, mas, pelo contrário, constituem a plena demonstração de que o espírito do 25 de Abril está vivo [...]*.
(Mário Soares, 1994)

A construção assinalada contribui sempre, na sequência que se segue ao MD, para um efeito majorante da opinião do locutor-presidente.

2.2. Estatuto presidencial e construção da memória de Abril

A voz presidencial é uma voz de autoridade, legitimada (pela Constituição, nomeadamente) e credibilizada pelo particular exercício das funções presidenciais (Marques, 2014). Aliás, a construção da imagem presidencial ocupa explicitamente parte da construção discursiva (Marques, 2014). O discurso realizado nas comemorações oficiais do 25 de Abril é uma afirmação desse estatuto, que é explicitamente assumido. O Presidente Jorge Sampaio, no exemplo abaixo, define os lugares da relação interlocutiva que aí estabelece com os portugueses:

- (5) Como Presidente da República e no plano em que me coloco, que é o dos grandes objectivos nacionais, *dirijo-me aos portugueses*.
(Jorge Sampaio, 2001)

A construção da referenciação é, pois, indissociável deste estatuto. Na construção discursiva do 25 de Abril, e como já referimos, os tópicos propostos pelo locutor constroem “discursivamente um mundo” (Berthoud & Monda-da, 1995). Ora, o modo como o locutor dá lugar ao processo de referenciação é fulcral para percebermos que mundo é aqui construído. E, com efeito, as estruturas de negação estão agregadas a algumas das grandes vertentes definidoras de Abril, em especial:

a. como evento histórico, que agrega dois eixos de sentido fundamentais:

a.1. um eixo de sentidos que o valoriza como um evento antitotalitário, de defesa da liberdade e do pluralismo:

(6) [...] *o movimento militar do 25 de Abril não tira a sua legitimidade das armas que o permitiram, mas sim da intenção democrática original que o País recebeu com entusiasmo e que o seu autêntico programa claramente estabelecia e impunha.* (Ramalho Eanes, 1978)

a.2. um eixo de sentidos que o valoriza como um evento que é de todos, isto é, do povo português como nação, e não pertença simbólica apenas de um grupo de portugueses

(7) *O 25 de Abril não é o dia de festa de uma geração, mas um momento que deve interpelar todos os Portugueses. Nós, os que estamos hoje aqui reunidos, não somos os donos da revolução, nem os proprietários da democracia.* (Cavaco Silva, 2007)

b. como celebração nacional, que entrecruza três eixos de sentido

b.1. A celebração não é uma rotina

(8) *Comemorar Abril como aqui fazemos, na presença, responsável e consciente, dos representantes legítimos do nosso povo, não é um acto de rotina imposto pelo calendário ou aconselhado pela memória, ainda muito viva, de acontecimentos históricos recentes.* (Ramalho Eanes, 1981)

b.2. A celebração é abertura para o futuro, mobilizando sentimentos de confiança, de esperança, e marcado como um tempo para os jovens

(9) [...] *comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina. Pelo contrário: deve ser um acto criador de reafirmação e confiança dos Portugueses no futuro de Portugal e nas virtualidades do regime de democracia pluralista que temos vindo colectivamente a construir, desde 1974, em paz e liberdade, superando dificuldades imensas e inevitáveis contradições.* (Mário Soares, 1986)

b.3. A celebração é momento de união, de construção da identidade coletiva em volta do *25 de Abril*:

- (10) Mais do que afirmarmos o que nos divide – o que é legítimo, mas não é para o dia de hoje –, *importa, creio, neste dia, acentuarmos o muito que nos une*. (Mário Soares, 1987)

Há uma grande sistematicidade nos discursos, apesar de nem sempre as vozes convocadas coincidirem, porque dependem de cada momento histórico, dependem de quem é constituído como adversário e dependem, em particular, das vivências, mas também da posição política dos diferentes presidentes, que, se bem que próxima, não é politicamente a mesma. E, quer o género discursivo, por um lado, quer o estatuto político de cada locutor, como mais alto magistrado da Nação, por outro, são centrais na construção da referência e, portanto, na definição de Abril.

Porque a voz do presidente é uma voz de autoridade, e a celebração do 25 de Abril é uma data fundamental para que o presidente faça saber ao país quais as suas ideias sobre o evento celebrado (e o futuro de Portugal), a modalidade deontica (marcada em estruturas como *é preciso que, deve ser, importa*, etc.) coocorre com as estruturas negativas, intensificando a autoridade do dizer presidencial:

- (11) [...] comemorar o 25 de Abril *não pode nem deve ser uma rotina*. Pelo contrário: deve ser um acto criador de reafirmação e confiança dos Portugueses no futuro de Portugal. (Mário Soares, 1986)
- (12) Para que a fé dos Portugueses possa ser recuperada, para que a consciência de cada um possa ser a força da Nação, *é preciso que a verdade seja dita e reconhecida*. [...] o movimento militar do 25 de Abril não tira a sua legitimidade das armas que o permitiram, [...]. (Ramalho Eanes, 1978)
- (13) O 25 de Abril *não é o dia de festa de uma geração, mas um momento que deve interpelar todos os Portugueses*. (Cavaco Silva, 2007)

Consideremos, finalmente, as vozes que o locutor traz para o discurso. O lugar de autoridade a partir do qual o presidente fala aos portugueses permite interpretar esta vertente polifónica dos discursos presidenciais como estratégia para o confronto de vozes e a realização de atos discursivos de advertência e crítica ainda que não tenham “destinatários identificados”, pois, como referimos, é fundamental para a imagem presidencial não criar

divisões entre os portugueses (Marques, 2014, p. 304), imperativo a que se juntam as restrições do género Discurso de celebração nacional. Não são nunca vozes nem destinatários individuais, porque são confrontos com setores político-sociais de pensamentos divergentes.

Cabe ao alocutário ser capaz de identificar a quem se dirigem; o contexto histórico e político, em particular, permite colmatar esta indeterminação e identificar os destinatários das críticas, que são também a origem dos pontos de vista refutados. Cada ato de crítica é tomado pelo locutor como oportunidade para apresentar e explicar o seu ponto de vista contra outro ponto de vista do qual discorda e assim desvaloriza.

Dos discursos presidenciais de celebração de Abril, sobressaem linhas de força que, mais do que individualizar, aproximam as vozes presidenciais, na oposição a outras vozes também elas globalmente consideradas antedemocráticas. Os discursos dos presidentes aproximam-se, ainda, enquanto confirmam os sentidos, os valores de Abril.

Ramalho Eanes traz para o discurso e demarca-se dos defensores (militares e civis) de uma solução totalitária, ou seja, dos que têm “objectivos sectários”, que se caracterizam por uma “vontade totalitária da opressão e da destruição”. Em contraponto, valoriza, através de sucessivos atos de justificação-explicação, a liberdade, a responsabilidade e a solidariedade:

(14) *O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade democrática, da solidariedade social.* O que hoje comemoramos é a afirmação de uma moral política onde a justiça, em todos os seus domínios, não seja um mero artifício de linguagem que encobre a vontade de opressão e de exploração. (Ramalho Eanes, 1982)

Mário Soares defende a mesma ideia, apontando os autores das vozes discordantes, que, apesar da reconhecida vivência democrática da sociedade, permanecem afinal iguais, isto é, os defensores de soluções totalitárias:

(15) *Não foi uma revolução fracassada, como alguns terão sugerido, só por não termos caminhado para utopias que o andar dos anos mostrou serem puras miragens de falsa propaganda.* (Mário Soares, 1990)

À semelhança dos anteriores presidentes, também Cavaco Silva traz para o discurso outras vozes, agora a voz dos que pensam que são eles, por pergaminhos vários, os donos exclusivos da democracia e das celebrações, e a que opõe a universalidade pátria do evento histórico:

- (16) O que *esta data e o que o regime democrático têm de singular* é precisamente o facto de *não serem exclusivo de ninguém*, mas património comum de Portugal inteiro. *Ninguém é dono do 25 de Abril. A História pertence a todos, mesmo aos que a não viveram.* (Cavaco Silva, 2007)

Finalmente, os locutores dão também espaço aos críticos da comemoração, incapazes de se reverem no que Mário Soares (1986) define como “um acto criador de reafirmação e confiança dos portugueses no futuro de Portugal”. O valor simbólico da comemoração da revolução, introduzido por Ramalho Eanes, é um tópico persistente nos discursos presidenciais:

- (17) *Comemorar* Abril como aqui fazemos, na presença, responsável e consciente, dos representantes legítimos do nosso povo, *não é um acto de rotina imposto pelo calendário (...)*. Comemorar Abril, como hoje fazemos, *é um acto político que a todos vincula.* (Ramalho Eanes, 1981)

A construção, nestes discursos, de uma linha de força que valoriza a aposta no futuro (Marques 2014), testemunhada no uso recorrente de lexemas como “futuro”, “virtualidades”, “potencialidades”, “projeto”, “progresso”, “desenvolvimento”, “jovens”, “juventude”, configura-se como uma voz forte de repúdio de uma outra, a voz passadista da ditadura. Veja-se, a propósito, a seguinte passagem de um artigo do *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina* “Portugal na exposição de Nova York”, n.º 7, novembro de 1939, onde a glória passada serve de desculpa à incapacidade de construir um futuro para Portugal:

A América, pode dizer-se que não tem passado por isso o seu olhar é sempre em frente! Pelo contrário *Portugal, com um passado tão grande e tão belo*, para construir o mundo de amanhã *precisa apenas de conservar as suas tradições nacionalistas, familiares e religiosas*, e será sempre uma grande Nação! [...]. Não temos em Portugal – e ainda bem que não temos! – os famosos *buildings [sic]* americanos; mas bem pequenino é um ninho e nele vive-se bem!

O que o locutor-presidente contesta é esta exaltação do passado glorioso de Portugal como um valor absoluto e único que subsumia o próprio futuro.

3. Considerações finais

As estruturas de negação têm um lugar central na construção dos sentidos da revolução; com exceção de Jorge Sampaio, todos os presidentes convergem na construção em confronto dos sentidos de Abril.

Nesta construção da memória da revolução de Abril, importa observar o distanciamento do locutor face às vozes que traz para o discurso, ainda que reconheçamos a sua responsabilidade enunciativa; são pontos de vista convocados por “escolha” do locutor para, pelo viés dessa convocação, os neutralizar de forma argumentada. Evidencia-se, assim, a importância de dizer o que as coisas não são, da argumentação pelo dissenso, marcado em estruturas de *negação* que, segundo Martin (1977, p. 20), acima citado, dizem «*le non-vrai*». As características dos enunciados negativos, de que demos conta, concorrem para o apagamento das vozes a que L/E se opõe e cumprem desse modo uma função discursiva importante: fiéis à sua função de agregadores da nação, os presidentes contestam, mas não identificam adversários.

Finalmente, ao optarem, frequentemente, por uma modalidade deontica e por atos sistemáticos de justificação-explicação, os presidentes dão uma coloração didática aos seus discursos e reforçam a sua imagem de autoridade. A recorrência de estruturas de negação seguidas de enunciados com valor explicativo-justificativo suplanta uma possível dimensão polémica que os presidentes não assumem nunca.

Referências

- Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Nathan Université.
- Angenot, M. (2008). *Dialogue de sourds. Traité de rhétorique antilogique*. Mille et Une Nuits.
- Berthoud, A.- C. & Mondada, L. (1995). Traitement du topic, processus énonciatifs et séquences conversationnel. *Cahiers de Linguistique Française*, 17, 205-228
- Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 7, novembro, 1939.
- Brès, J., Haillet, P., Mellet, S., Nolke, H., & Rosier, L. (Eds). (2005). *Dialogisme et Polyphonie*. De Boeck-Duculot.

Ducrot, O. (1980). *Les mots du discours*. Minuit.

Ducrot, O. (1984). *Le Dire et le Dit*. Minuit.

Koch, I.V., & Marcuschi, L.A. (2019). Processos de Referenciação na Produção Discursiva. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 14(3), 169-190. <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/43402>

Lopes, Ó. (2005). *Entre a palavra e o discurso. Estudos de Linguística 1977 – 1993*. Coordenação de edição por Fátima Oliveira e Ana Maria Brito. Campo das Letras.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. *forma breve* 11, 297-31.

Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* 7, 122-143.

Martin, R. (1996). Sur la monovalence de la négation. In *La négation: une ou multiple? Mémoires de la Société de Linguistique de Paris* (pp. 13-20). Klincksieck.

Moirand, S. (1993). Autour de la notion de didacticité. *Les carnets du CEDISCOR* 1, 9-20. <https://doi.org/10.4000/cediscor.600>.

Moirand, S. (2004a). De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques : où en est l'analyse du discours? In J. Le Marec & I. Babou (dir.), *Actes du colloque Sciences, médias et société* (pp. 71-99.), ENS Lettres et Sciences humaines.

Moirand, S. (2004b). Nomination, caractérisation et objet de discours: questionnements autour du dialogisme et de la mémoire des mots. In A. Cassanas, A. Demange, B. Laurent, & A. Leclerc. (éds), *Dialogisme et nomination* (pp. 27-64). Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3.

Moirand, S. (2007). Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *Corela. Cognition, représentation, langage*. <http://corela.revues.org/1567>

Laurent Perrin. "Je (n') dis pas" comme marqueur discursif polyphonique. *Le Français Moderne. Revue de linguistique Française*, 2019. hal-03716602

Mondada, L. (2002). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. *Revista de Letras* 24, Vol. 1/2, 118-130. (Trad. M. Cavalcante). <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/20146>

Rabatel, A. (2003). L'effacement énonciatif et ses effets pragmatiques de sous- et de sur-énonciation. *Estudios de lengua y literatura francesas*, 33-61. <https://www.cairn.info/revue-langages-2004-4-page-3.htm>

Rabatel, A. (2005). La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges linguistiques* 9, 115-136. <http://www.marges-linguistiques.com>

Rabatel, A. (2014–2015). Analyse pragma-énonciative des points de vue en confrontation dans les hyperboles vives: hyper-assertion et sur-énonciation. *Travaux neuchâtelois de linguistique* 61-62, 91-109. <https://www.revue-tranel.ch/article/view/2958/2668>

Raposo, E., Nascimento, M. F., Mota, M. A., Seguro, L., & Mendes, A. (2013). *Gramática do Português*. Fundação C. Gulbenkian.

Roitman, M. (2023). Negative Form, Negative Meaning and the Impact of the Sociocultural Context. In M. Roitman (ed.), *Negatives and Meaning: Social Setting and Pragmatic Effects Using Negatives in Political Discourse, Social Media and Oral Interaction* (pp. 1-24). Stockholm University Press. <https://doi.org/10.16993/bcd.a>.